

# **Refletir sobre a contribuição indígena para a formação da identidade brasileira**

## **Nordeste indígena**

**Maria dos Santos Carneiro**

**Ironildo Ramos dos Santos**

**Profa. Orientadora:**

**Silvia Karla Almeida dos Santos**

Centro Universitário Leonardo da Vinci - UNIASSELVI

Curso de Licenciatura em História

Turma HID0329

02/10/2014

**Resumo:**

A identidade do índio brasileiro com sua etnia que mesmo com a dominação portuguesa e acontecimentos que mudariam a cultura e religião deste povo, ficaria viva após os europeus injetarem seus costumes e crenças. Uma grande nação indígena com sua organização social e cultural faria o possível para continuar de pé, porém o desenvolvimento trazido pelos europeus poucos deterioraria a beleza de seus costumes. Com expansão territorial imposta pelos portugueses, o índio ficaria acuada em lugares cada vez pequeno, os obrigando a viver em reservas indígenas demarcadas por seus dominadores. Uma nação indígena fragmentada mais que ainda nos dias de hoje procura preservar seus costumes.

Palavras-chave: Cultura, religião, costumes, nação indígena.

**1. INTRODUÇÃO**

Era uma quarta-feira, 21 de abril de 1500, em sua carta, Pero Vaz de Caminha relatou: “... Neste mesmo dia, a horas de véspera, houvemos vista de terra! A saber, primeiramente de um grandemonte, muito alto e redondo; e de outras serras mais baixas ao sul dele; e de terra chã, com grandes arvoredos; ao qual monte alto o capitão pôs o nome de O Monte Pascoal e à terra A terra de Vera Cruz...” Estava lançado o destino de um povo, o qual vivia como estivesse no período Mesolítico, na transição do Paleolítico para o Neolítico. Havia naquela faixa de terra litorânea onde se localizava o “Grande Monte” dois grupos de nativos: Os Tupinambás e os Tupiniquins, estes os quais iniciariam um contato direto com a cultura, religião e costumes dos europeus. Nesta terra viviam aproximadamente 6 milhões de índios com suas 1.300 línguas indígenas diferentes, hoje temos em torno de 215 grupos e 170 línguas indígenas, estes remanescentes ainda mantêm, com dificuldades, a riqueza de sua cultura e arte.

**2. A NAÇÃO INDÍGENA**

A Terra de Vera Cruz acomodava outros grupos indígenas. Não se tem hoje um consenso entre os historiadores sobre a melhor maneira de nominar os principais grupos, citam tupinambás, tupiniquins, caetés, potiguaras, tamoios e tabajaras como as principais tribos tupis. No Nordeste entre as principais estavam os Tupinambás que vivem onde hoje são Sergipe e norte da Bahia, os Tupiniquins viviam no sul da Bahia; os Caetés eram encontrados em Alagoas e Pernambuco; os Potiguaras ocupavam toda a faixa litorânea da Paraíba até o Ceará e os Tabajaras que viviam em Alagoas e Sergipe e depois se fixaram também na Paraíba. Estes grupos que viveram no Nordeste tiveram alguns caciques famosos, como:

Iniguaçu dos Potiguaras; Cunhambebe dos Tupinambás; Piragibe dos Tabajaras; Tibiriçá dos Tupiniquins e Cururupebe dos Caetés.

### 3. A ORGANIZAÇÃO SOCIAL

Não havia classes sociais entre os índios, viviam todos para o sustento da tribo, todos com os mesmos direitos, a caça, que era atribuição dos homens, era dividida com todos, cada índio possuía seu próprio instrumento de caça, sendo eles, arcos, flechas e machados, além da caça os homens da tribo eram responsáveis pela pesca, construção das moradias, corte das árvores e da guerra entre tribos, as mulheres cuidavam dos filhos, da agricultura e da comida. Como não poderia fugir a regra, existiam os líderes das tribos que são o cacique que era o chefe comandante das ações como organização e orientação tribal e o pajé que era o sacerdote religioso.

Os índios viviam em tribos e tinham na figura do cacique o chefe político e administrativo. O pajé era o responsável pela transmissão da cultura e dos conhecimentos. Era o pajé que também cuidava da parte religiosa e medicinal, através da cura com ervas, plantas e rituais religiosos. (CERVERA, 2014, p. 1)

Na organização social dos índios do Nordeste existe a figura do Rezador, o qual também é conhecido como Benzedor<sup>1</sup>, este é o responsável pela utilização de um ritual que usa a reza para se chegar à cura de males que afetem a saúde do índio. O poder obtido nas rezas vem da crença em que os rezadores têm em Tupã<sup>2</sup>. Usa-se esse tipo de ritual apenas em determinadas doenças, uma das mais comuns entre os índios é o mau-olhado. Existem ainda os Curadores que também recebemos poderes de Tupã e de espíritos denominados Os Encantados.

A noção de Encantado é comum entre vários povos indígenas da região do Nordeste. Os Encantados são seres sagrados que possuem um papel central nos rituais. Na sua etnografia sobre os Kariri-Xukuru de Palmeira dos Índios, Clóvis Antunes reproduz as explicações de um dos seus informantes indígenas: eles são “índios bons que já faleceram e que antigamente foram massacrados e perderam as suas terras. Estão sempre ajudando os índios para que façam o bem e afastem-se do mal. [...] Quando estamos reunidos na fumada, o Encantado desce e ninguém o vê, porém, eles são vivos [...] O Encantado tem corpo como nós, dado por Nosso Senhor” (ANTUNES, 1973, p. 107-108).

---

<sup>1</sup> Para alguns, parece existir certa diferença entre benzedor e rezador, mas ela é leve e não obtivemos mais detalhes sobre essa questão.<sup>2</sup>Tupã (deus do trovão), deus supremo do panteão Tupi-Guarani. Ente Supremo, cuja voz se fazia ouvir nas tempestades – Tupã-cinunga, ou "o trovão", cujo reflexo luminoso era Tupãberaba, ou relâmpago. Os índios acreditavam ser o deus da criação, o deus da luz. Sua morada seria o sol.

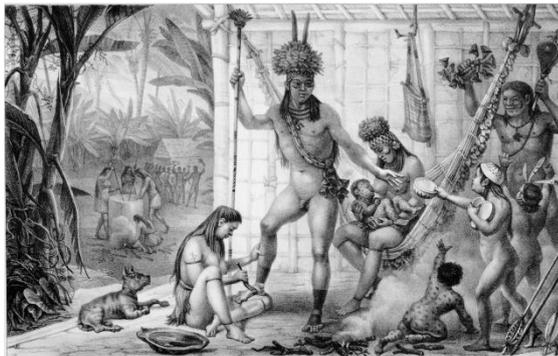
#### 4. O ÍNDIO EXÓTICO

A figura indígena, no que se refere ao delineamento da identidade nacional, aliada à descrição do espaço natural brasileiro pode ser considerada uma constante dentro de nossa tradição literária. Se observarmos, por exemplo, a Carta de Pero Vaz de Caminha enviada a El rei D. Manuel podemos verificar este paradigma. Na carta o objetivo temático principal é dar conta do “achamento” do Brasil. A descrição dos nativos e do espaço assume, portanto, relevância dentro da organização do texto na medida em que focaliza a exuberância de um espaço recém descoberto (PEREIRA, 2009).

A feição deles é serem pardos, um tanto avermelhados, de bons rostos e bonsnarizes, bem feitos. Andam nus, sem cobertura alguma. Nem fazem mais caso de cobri ou deixar de encobrir suas vergonhas do que mostrar a cara. Acerca disso são de grande inocência. Ambos traziam o beijo de baixo furado e metido nele um osso verdadeiro, de comprimento de uma mão travessa, e da grossura de um fuso de algodão, agudo na ponta como um furado. Meteram-nos pela parte de dentro do beijo; e a parte que lhes fica entre o beijo e o dente é feita a modo de roque de xadrez. E trazem-no ali encaixado de sorte que não os magoa, nem lhes põe estorvo no falar, nem no comer e beber (CAMINHA, 1500, p. 21).

Esta tendência em associar o indígena ao elemento exótico da diversidade brasileira deixa latentes marcas culturais europeias no processo de caracterização do indígena, uma vez que o ponto de enunciação, principalmente entre os séculos XV e XIX, é determinado pelo olhar europeu. Estas marcas, presentes na “Carta” e em grande parte da chamada Literatura de viajantes europeus, são sentidas nas descrições do nativo a mercê do olhar “civilizado”.

Tal procedimento, em nosso ponto de vista, deixa implícita uma ironia enunciativa ao deflagrar a interferência do europeu na cultura recém-descoberta como veremos na figura que segue (PEREIRA, 2009):



**Figura 1:** Famille d’un Chef Camacan, Jean-Baptiste Debret, 1834

## 5. CONQUISTA DOS TERRITÓRIOS INDÍGENAS

O São Francisco começa a ser “subida” depois de vencida a primeira resistência indígena na sua embocadura, em 1572. Neste período, as expedições partiam principalmente de Pernambuco (década de 70), Sergipe (década de 90) e Bahia (ao longo de todo esse período), ensaios de penetração que, em 1630, foram interrompidos pela presença holandesa em todo o lado esquerdo do São Francisco, da sua foz até Paulo Afonso. Só com a restauração pernambucana em 1654, é que o avanço colonial português pelo sertão é encarado de uma forma progressivamente sistemática (ARRUTI, 1995, p. 63).



**Figura 2:** Disponível em:

<http://dayanepeixoto.files.wordpress.com/2009/04/582b400325709da64149d11b05fab541.jpg?w=182>

### 5.1 GUERRAS JUSTAS

Com o interesse de conquistar mais e mais, a administração portuguesa lança em 1667, os bandeirantes a procura de ouro e pedras preciosas. Conforme Urruti (1995, p. 63), com as primeiras investidas dos bandeirantes tem lugar à “guerra justa” pelo sertão interior, que usa do mesmo conceito jurídico-teológico medieval criado no contexto da Guerra Santa contra os infiéis mouros, agora transplantado para a relação com os infiéis do novo mundo.

Na verdade, a análise da legislação colonial reconhece a captura de escravos indígenas através de duas formas, a “guerra justa” e o “resgate”, enquanto a história social acrescenta a elas a forma dos “apresamentos clandestinos”. No Nordeste os resgates existiam principalmente na litorânea, servindo à interação de colonos e grupos tupis [...] de qualquer forma, o formato de “guerra justa” assume aqui um significado mais genérico que o expresso na legislação colonial, ao concebermos mais como “estratégia” do que como figura jurídica (FARAGE, 1991).

## 6. O DESAPARECIMENTO DOS ÍNDIOS NO NORDESTE

Em 1757, o então Ministro português Marquês de Pombal promulgou um Diretório que passou a regular os índios no Brasil. A legislação pombalina estava baseada no discurso da “liberdade dos índios”, determinando dentre outras medidas que os aldeamentos seriam elevados à categoria de Vilas, com a instalação de câmaras de vereadores, a nomeação de um diretor leigo responsável pelos indígenas, favorecendo ainda “para civilizar os índios” a moradia de não índio sem terras dos aldeamentos, incentivando os casamentos mistos, obrigando os indígenas ao trabalho agrícola e ao comércio. Com o Diretório de Pombal, proibiram-se aos indígenas seus próprios nomes, determinam dosarem nomes e sobrenomes de famílias de Portugal, para se evitar que “na mesma povoação existissem muitas pessoas com o mesmo nome”. Tornou-se obrigatório o uso unicamente da língua portuguesa, determinava-se aos diretores persuadir aos índios construir suas casas “a imitação dos brancos, fazendo nelas diversos repartimentos”, para evitar os supostos vícios da “promiscuidade”, segundo a moral cristã da época. “Além disso, deveria ser estimulado nos índios o desejo de usarem vestidos decorosos e decentes”, não sendo permitido de modo algum andarem nus, “especialmente as mulheres” (SILVA, 2000).

Explica Porto Alegre (1998), o nacionalismo, o romantismo, o e as teorias raciais tiveram importante papel na disseminação da ideia de que seria inevitável o desaparecimento do índio. Segundo a autora.

O termo desaparecer deriva do latim, aonde “apparecere” quer dizer tornar-se visível, mostrar-se. Desaparecer significa, portanto, deixar de ser visto, sumir, perder visibilidade. No contexto da sociedade nacional o desaparecimento do índio uma reversão do processo indicado por Caio Prado Junior de algo que aparece como um problema a esfera de uma solução. Se duração dos conflitos ele é silenciado e “desaparece” no sentido de que deixa de ser visto, torna-se ausente (PORTO ALEGRE, 1998).

## 7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os índios no seu ser, como habitantes primitivos e “donos destas terras”, estiveram por muitos anos vivendo com seu povo, sua cultura e sua crença religiosa, quando no alvorecer de um dia depararam com um futuro ameaçador. Direcionados pelos europeus que aqui se fixaram, os índios aos poucos foram, conforme as circunstâncias expostas, deixando de lado seus costumes, passando de livres a perseguidos e escravizados. Seu relacionamento com os europeus e africanos contribuíram para a miscigenação que ao longo destes 500 anos, deixaria apartada uma identidade com a qual viveram, mas mesmo assim contribuíram na implantação

do povo brasileiro que aqui se formaria, com sua língua e sua culinária enriqueceria ainda mais a cultura deste povo.

### **REFERÊNCIAS:**

CAMINHA, Pero Vaz. **Carta de Pero Vaz de Caminha**, Acesso em 30 out 2014. Disponível em [http://educaterra.terra.com.br/voltaire/500br/carta\\_caminha.htm](http://educaterra.terra.com.br/voltaire/500br/carta_caminha.htm).

Revista Mundo Estranho- edição 78 – agosto 2008 – Luciano Marsiglia – **que índios dominavam o litoral na época do descobrimento.**

MINISTÉRIO DA SAÚDE, FUNDAÇÃO NACIONAL DA SAÚDE. **Medicina Tradicional Indígena em Contextos, Anais da I Reunião de Monitoramento.** Brasília-DF, 2007.

PEREIRA, Danglei de Castro. **O indígena na construção da identidade nacional.** Revista Língua e Literatura. v. 11, n. 16, 2009.

DEBRET, Jean Baptiste. **Famille d’um Chef Camacan, 1834. Litografia.** Formato JPG. Disponível em: <http://uplod.wikimedia.org/wikipedia/commos/2/29/Debret37.jpg> . Acesso em 02 nov 2014.

ARRUTI, José Maurício Andion. **Morte e Vida do Nordeste Indígena:** A emergência étnica como fenômeno histórico regional. Revista Estudos Históricos. v. 8, n. 15, 1995.

PORTO ALEGRE, Maria Sylvia. **Rompendo o silêncio:** por uma revisão “desaparecimento” dos povos indígenas. Revista Ethnos. Recife, n. 2, 1998. pp. 21-44.